

POLÍTICA DE COTAS DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO E INSERÇÃO DE EGRESSOS NO MERCADO DE TRABALHO: uma revisão sistemática da literatura

JOSÉ ROBERTO ABREU DE CARVALHO JUNIOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

JORGE LEAL HANAI

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO (FGV-EAESP)

WESCLEY SILVA XAVIER

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

Agradecimento à órgão de fomento:

O presente trabalho foi realizado com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) - Campus Guarapari e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

POLÍTICA DE COTAS DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO E INSERÇÃO DE EGRESSOS NO MERCADO DE TRABALHO: uma revisão sistemática da literatura

1 INTRODUÇÃO

O ensino superior público brasileiro é conhecido por oferecer uma educação de qualidade que, no geral, se sobrepõe àquela oferecida em instituições de ensino privadas. No entanto, historicamente, o perfil do aluno das universidades federais sempre foi caracterizado como aquele pertencente às classes sociais média e alta do país (TORCHE; COSTA-RIBEIRO, 2012). É nesse cenário de desigualdade social no acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade, que foi estabelecida em 2012 a política de cotas (Lei 12.711) para que universidades federais reservem metade das suas vagas de cursos de graduação para estudantes oriundos do ensino médio de escolas públicas, com reservas específicas para negros, indígenas ou brancos de baixa renda. A política de cotas é legítima no combate à desigualdade no acesso às universidades públicas que, historicamente, sempre serviram predominantemente aos alunos da elite brasileira (SILVA; XAVIER; COSTA, 2020).

Assim, a política de cotas foi desenhada para expandir o acesso às universidades públicas de qualidade e de maior prestígio social a grupos historicamente sub-representados nesse nível de ensino (LOPES, 2016). Por ter um formato que combina a cor/raça, a condição socioeconômica e a origem escolar do estudante, a política de cotas surge como possibilidade para reduzir as desigualdades raciais na sociedade brasileira (ANDREWS, 2014). Ela busca nivelar as oportunidades sociais no curto prazo, alargando as possibilidades de mobilidade social mais estável no tempo (BAGDE; EPPLÉ; TAYLOR, 2016), dadas as evidências de uma correlação positiva entre tempo de escolaridade e renda (BECKER, 1964; SCHULTZ, 1961). A partir da ação afirmativa no ensino superior, espera-se um empoderamento dos grupos minoritários com a ocupação de postos de destaque e de prestígio na sociedade (SILAME; MARTINS JÚNIOR; FONSECA, 2020). Logo, a política de cotas vai além de simplesmente promover uma mudança no perfil historicamente elitizado dos alunos das universidades federais, pois ela também se configura como uma política de redistribuição de renda autossustentável, em virtude da bem documentada relação positiva entre escolaridade e renda (SILVA; XAVIER; COSTA, 2020).

Apesar da relevância da política de cotas do ensino superior como uma ferramenta poderosa de combate às desigualdades sociais no Brasil, até o momento, poucos estudos investigaram a inserção dos egressos cotistas no mercado de trabalho e a sua esperada mobilidade social. Entretanto, entendemos que essa lacuna de pesquisas pode ter uma explicação temporal, pois a integralização das cotas, em que pelo menos metade das vagas dos cursos nas universidades federais deve ser reservada para estudantes oriundos do ensino médio de escolas públicas, só ocorre a partir de 2015. Assim, consideramos que é somente agora que se fazem possíveis e necessários estudos científicos que busquem analisar de maneira mais completa os benefícios proporcionados pela política de cotas para seu público beneficiário no mercado de trabalho.

Sabemos que recentes revisões sistemáticas da literatura sobre ação afirmativa no ensino superior público brasileiro já foram feitas para apresentar o estado da arte sobre o tema na área da pesquisa educacional (SILVA; BORBA, 2018), para traçar um panorama geral sobre a ação afirmativa no ensino superior (BASSO-POLETTI; EFROM; RODRIGUES, 2020) e para analisar o desempenho acadêmico dos alunos cotistas e não cotistas durante o curso de graduação das universidades federais (CALBINO; XAVIER; SABINO, 2020) e das universidades estaduais (PINHEIRO; PEREIRA; XAVIER, 2021). No entanto, ao melhor de nosso conhecimento, até agora, nenhum trabalho fez uma revisão sistemática da literatura especificamente para apresentar os resultados de pesquisas sobre a situação no mercado de

trabalho de egressos cotistas e também dos não cotistas. Assim, questionamos: quais resultados têm sido encontrados pela literatura que investiga a inserção no mercado de trabalho de egressos da política de cotas do ensino superior público brasileiro? Para responder essa pergunta, o objetivo do nosso artigo é fazer uma revisão sistemática da literatura para sintetizar os resultados encontrados por pesquisadores sobre a inserção no mercado de trabalho e análises da esperada mobilidade social de egressos da política de cotas do ensino superior público brasileiro. O nosso artigo preenche essa importante lacuna no conhecimento. Essa, portanto, é a contribuição teórica do nosso artigo de revisão que, nas palavras de Moosa (2018), apresenta potencial para conduzir estudos futuros com elevado impacto acadêmico: quer pela nossa sistematização, quer pelas nossas análises e discussões.

A contribuição prática do nosso artigo se mostra evidente, pois os resultados encontrados podem subsidiar a tomada de decisão de gestores da política de cotas buscando corrigir eventuais discrepâncias nos resultados entre os egressos cotistas e não cotistas, sobretudo considerando que em 2022 está prevista ocorrer uma avaliação da política de cotas por parte do governo federal para decidir pela sua continuidade ou não. A contribuição social do nosso artigo também se mostra clara e relevante, uma vez que a partir da nossa síntese, poderemos ter uma visão mais ampla e completa sobre se a política de cotas de fato tem alcançado o que dela se espera, isto é, um combate à forte desigualdade de renda e social existente no Brasil. O artigo se insere no intenso debate internacional acerca dos impactos das políticas de ação afirmativa no ensino superior sobre os resultados e os ganhos no mercado de trabalho da sua população beneficiária (BERTRAND; HANNA; MULLAINATHAN, 2010; FRISANCHO; KRISHNA, 2016). Olhares empíricos sobre a questão certamente nos ajudarão a construir conhecimento para além da pura ideologia ou filosofia das ações afirmativas no ensino superior (HOLZER; NEUMARK, 2006).

2 AÇÃO AFIRMATIVA NO ENSINO SUPERIOR

No Brasil, historicamente, o perfil do aluno das universidades federais sempre foi caracterizado como aquele pertencente às mais altas classes sociais do país, de modo que estudantes de famílias de classe média e alta cursam a educação básica em escolas particulares e a educação superior em universidades públicas, ambas de melhor qualidade; já os alunos de famílias pobres cursam a educação básica em escolas públicas e quando chegam ao nível superior, cursam, em sua maioria, a educação universitária em faculdades/universidades privadas, que, na média, possuem qualidade inferior quando comparadas com as públicas, com raras exceções (TORCHE; COSTA-RIBEIRO, 2012).

É nesse contexto de desigualdade social no acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade, que foi estabelecida em 2012 a política de cotas (Lei 12.711), para que universidades federais e institutos federais reservem pelo menos metade das suas vagas de cursos de graduação para estudantes negros, indígenas e brancos, de baixa condição socioeconômica e que cursaram o ensino médio em escolas públicas. Sem este sistema de reserva de vagas, é menos provável que grupos desprivilegiados de uma educação básica de qualidade acessem o ensino superior das universidades federais (VIEIRA; ARENDS-KUENNING, 2019), pois o estudante negro e/ou pobre se encontra em desvantagem com relação ao estudante branco e/ou de classe média na forte concorrência por uma vaga no ensino superior público de qualidade (SILVA; XAVIER; COSTA, 2020). A política de cotas tem o potencial para oferecer a seu público beneficiário uma formação de boa qualidade através da presença no ensino superior em universidades de alta credibilidade e prestígio social (HOLZER; NEUMARK, 2006).

Especificamente sobre a reserva de vagas para a população negra, busca-se aqui compensar uma dívida histórica, principalmente em função da história escravocrata do país e a ausência de políticas de assistência ao negro ao longo de séculos de dominação branca

(MENDONÇA; ARANHA, 2020). Os reflexos da escravidão são visíveis no cotidiano brasileiro, uma vez que os negros são a maioria entre os pobres (MITCHELL-WALTHOUR, 2017). E ser pobre significa ter menor acesso a bens materiais e culturais, como um ensino de qualidade e hábitos de leitura, por exemplo, que ajudam a formar a consciência crítica do indivíduo na sua compreensão das coisas e interpretação do mundo ao seu redor (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Defensores da política de cotas enxergam-na como uma reparação aos danos causados à população negra no passado, que impediram que esse grupo tivesse oportunidades de ingressar no mercado de trabalho, no ensino superior e em cargos de representação política (FERREIRA et al., 2020). Consideram-na como uma discriminação positiva, que tem a finalidade de concretizar a igualdade substancial ou material, em que o principal elemento é a justiça social (BARROS, 2019). A política de cotas, assim, interrompe uma manutenção de privilégios e lugares de exercícios de poder anteriormente exclusivos das classes abastadas (QUEIROZ; SANTOS, 2006) e amplia as perspectivas de vida e os horizontes dos filhos das classes desprivilegiadas socioeconomicamente. A admissão do negro nas universidades por meio das cotas vai além dos ganhos individuais, pois pode representar também ganhos sociais, uma vez que os benefícios podem se espalhar para a comunidade ao seu redor (LONG, 2007). Isso porque a política de cotas permite um rompimento de uma dominação social e cultural das classes privilegiadas brasileiras, ao fornecer resultados positivos imediatos para os estudantes cotistas em termos de aquisição de maior renda sustentável (SILVA; XAVIER; COSTA, 2020) que se mantém no longo prazo (BAGDE; EPPLE; TAYLOR, 2016; LONG, 2007).

Assim, ao redistribuir a renda já no curto prazo para os grupos anteriormente excluídos do ensino superior (SILVA; XAVIER; COSTA, 2020), espera-se que eles tenham acréscimos em suas condições materiais em comparação aos seus pais (KARLSON, 2019), quebrando o ciclo intergeracional de pobreza e diminuindo a desigualdade social (VALENTE, 2017). Uma vez que é positiva a relação entre escolaridade e renda (BECKER, 1964; SCHULTZ, 1961), a política de cotas então se caracteriza como um bom investimento que o governo faz ao proporcionar o acesso de grupos minoritários ao ensino superior de qualidade, proporcionando-lhes ganhos individuais, econômicos e não econômicos (BOWEN; BOK, 1998). Ao redor do mundo, há fortes evidências de bons resultados no mercado de trabalho e mobilidade social dos estudantes cotistas das políticas de cotas dos Estados Unidos (ARCIDIACONO, 2005; BOWEN; BOK, 1998; HOLZER; NEUMARK, 2006; LONG, 2007), da Índia (BERTRAND; HANNA; MULLAINATHAN, 2010; FRISANCHO; KRISHNA, 2016), da Malásia (LEE, 2012), da África do Sul (LEE, 2015) e da China (DING; MYERS JR; PRICE, 2017).

3 METODOLOGIA

Nossa Revisão Sistemática da Literatura (RSL) operacionalizou-se a partir do *guideline* discutido em *Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions* (GAUR; KUMAR, 2018; HANSEN; TUMMERS, 2020; HIGGINS et al, 2021; MOHER et al, 2009; SHORT; PALMER, 2008). Na prática, separamos em dois momentos nossas estratégias de busca: a primeira, com o emprego das *strings* (em inglês) nas bases de dados internacionais e a segunda, com o emprego das mesmas *strings* (em português) na base nacional de teses e dissertações da Capes. Nossos intentos orientaram-se pela busca exaustiva de estudos sobre questões específicas (NIGHTINGALE, 2009), sendo, portanto, necessária a busca também em bases de distintas ordens, isto é, internacional e nacional. Visando tornar possível a replicabilidade dos nossos achados (Quadro 1), elencamos as *strings* e operadores booleanos (AND e OR) utilizados na Scopus (Elsevier) e na *Web of Science* (WoS), especificamente a partir da coleção principal da *Clarivate Analytics*. "ALL" e "TS" representam os filtros que operaram a busca das *strings* em toda estrutura textual da produção acadêmica (Título, Resumo, Palavras-chave e Conteúdo), na Scopus e na WoS, respectivamente. As *strings* utilizadas foram:

(ALL ("social mobility" OR "upward mobility" OR "inter-generational mobility" OR "social ascension" OR "individual change" OR "social change") AND ALL ("labour market" OR "workforce" OR "labour force" OR "workplace" OR "earnings" OR "gains" OR "returns" OR "payoff" OR "effects" OR "benefits" OR "outcomes" OR "wages" OR "employment" OR "employability" OR "job" OR "work" OR "internship" OR "placement" OR "apprenticeship") AND ALL ("egresses" OR "graduates" OR "alumni" OR "students" OR "quota holders") AND ALL ("higher education" OR "tertiary education" OR "post-secondary education" OR "college" OR "university" por "public university") AND ALL ("quota" OR "quota policies" OR "quota system" OR "affirmative action" OR "educational equity" OR "affirmative actions policies" OR "special admissions policies" OR "preferential admissions policies" OR "preferential admission" OR "special admission" OR "race-based admission" OR "equal opportunity policies" OR "racial policy"))

Inspirados no conjunto PRISMA¹ aplicado por Moher et al (2009) e Hansen e Tummers (2020), nosso percurso metodológico incorporou e adaptou para si quatro passos gerais. Trata-se de passos perseguidos de modos distintos a depender da base de dados. Essa flexibilidade por parte dos pesquisadores se fez necessária em decorrência da não padronização das interfaces, recursos e mecanismos de buscas das bases consultadas. A saber:

Quadro 1 - Percurso metodológico da nossa RSL

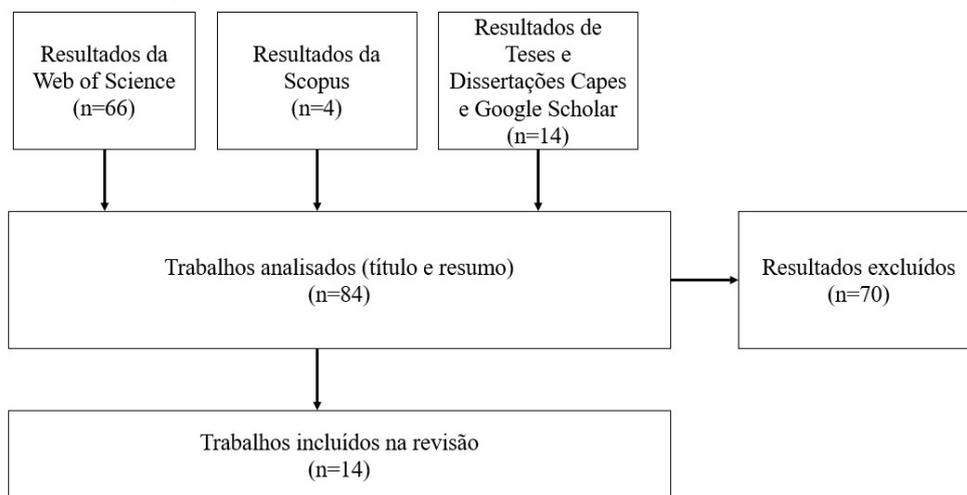
Passo	Scopus	WoS	Teses e Dissertações Capes	Google Scholar
Passo 1: identificação dos trabalhos aderentes para nossa análise	X	X	X	X
Passo 2: Verificação da disponibilidade dos trabalhos	X	X	X	X
Passo 3: Critérios de elegibilidade				
3.1 Recortes de pesquisa: utilizar métodos quantitativos e qualitativos ou mistos;	X	X	X	X
3.2 Tópicos e atores: signatários das políticas de cotas e egressos	X	X	X	X
3.3 Língua: inglês e português	X	X	X	X
3.4 Artigos científicos necessariamente "peer-reviewed"	X	X		X
3.5 Ano de publicação: julho de 2017 a julho de 2021 (últimos 5 anos)*.	X			
Passo 4: Síntese qualitativa			X	X

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação ao ano de publicação (passo 3.5 do Quadro 1), utilizamos a temporalidade aberta para as demais bases em decorrência dos reduzidos resultados retornados. Quanto ao *Google Scholar* e ao banco de Tese e Dissertações Capes, cumpre esclarecer que embora os artigos, dissertações e teses inseridos em nossa revisão tenham se enquadrado nos critérios de elegibilidade do passo 3 do Quadro 1, a sua exaustividade, especialmente, não pode ser

apontada devido a limitações funcionais das bases. Na prática tratou-se da impossibilidade do emprego das *strings* de modo dinâmico e cruzado por operadores booleanos. No entanto, não poderíamos excluir esses estudos, dada a sua centralidade para os nossos recortes analíticos. Destarte, apresentamos o quantitativo do processo de seleção dos trabalhos analisados (Figura 1).

Figura 1 - Processo de seleção dos trabalhos encontrados



Fonte: Dados da pesquisa.

Ao longo do processamento dos dados, preparamos um *Excel workbook*, que listou os artigos excluídos e os incluídos na revisão. As análises suportadas pela nossa revisão de literatura sistemática se operacionalizam pela análise de conteúdo. Isto é, nosso objetivo se concretizou em sumarizar assuntos úteis para o lançar tendências de pesquisas (GAUR; KUMAR, 2018; SHORT; PALMER, 2008) em nossa área, o campo de públicas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A nossa revisão sistemática permitiu identificar que, até o momento, poucos trabalhos focaram no momento posterior à conclusão do curso universitário pelo egresso cotista e sua esperada inserção no mercado de trabalho. Precisamente e exemplificadamente, o *n* grande da Scopus em momentos prévios (*n*=4) à aplicação do terceiro filtro dos nossos critérios de elegibilidade já havia sinalizado que o *n* pequeno seria na verdade, quase zero. Na prática, tratou-se de haver naquela base de dados apenas o artigo *The impact of race and social economic status on university admission at the University of São Paulo* de Valente (2016), descartado da RSL por não tratar de inserção de egressos no mercado de trabalho. Conseqüentemente, o tema inserção no mercado de trabalho de egressos cotistas se configura como uma das maiores lacunas na pesquisa sobre ação afirmativa no ensino superior brasileiro (SILVA; BORBA, 2018). O quadro 2 apresenta o tipo de publicação acadêmica e a origem dos trabalhos que encontramos, classificando-os pela ordem de artigo científico, tese de doutorado e dissertação de mestrado, do mais recente para o mais antigo.

Quadro 2 - Pesquisas sobre a inserção de egressos cotistas no mercado de trabalho brasileiro por tipo de publicação acadêmica e origem da publicação

Autor(es)	Tipo de publicação	Periódico/Curso de Pós-Graduação
Reis (2020)	Artigo	Revista Humanidades e Inovação
Barros (2019)	Artigo	Revista em Pauta
Guimarães, Andrada e Picanço (2019)	Artigo	Cadernos de Pesquisa

Francis-Tan e Tannuri-Pianto (2018)	Artigo	Journal of Development Economics
Lyrio e Guimarães (2014)	Artigo	O Social em Questão
Arrigoni (2018)	Tese	Doutorado em Administração da FGV
Dutra (2018)	Tese	Doutorado em Educação da UFSM
Silveira (2016)	Tese	Doutorado em Educação da UFBA
Ferreira (2018)	Dissertação	Mestrado em Educação da UFSC
Nascimento (2018)	Dissertação	Mestrado em Sociologia da UFRGS
Maia (2017)	Dissertação	Mestrado em Economia da UFBA
Pereira (2015)	Dissertação	Mestrado em Gestão Pública da Ufes
Lima (2014)	Dissertação	Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ
Sotero (2009)	Dissertação	Mestrado em Sociologia da USP

Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebemos, claramente, pelo Quadro 2 que a maioria dos estudos ocorreu após a instituição da Lei de Cotas em 2013, pois apenas o trabalho de Sotero (2009) ocorreu em momento anterior, quando universidades adotavam ações afirmativas por conta própria e de maneira isolada. Podemos constatar também que a maioria dos trabalhos se refere a dissertações de mestrado e teses de doutorado, pois juntos, esses trabalhos somam nove publicações contra cinco artigos científicos. Percebemos ainda que a área de Educação é a responsável pela maioria das dissertações e teses, com quatro trabalhos na área, seguida da Sociologia e Administração/Gestão Pública ambas com duas e da Economia com uma.

O Quadro 3 apresenta o estado da arte dessa pequena parte da literatura brasileira, mostrando o objetivo dos estudos, a abordagem dos dados e a unidade de análise considerada, separando-os primeiramente pela abordagem dos dados e, logo após, pela sua ordem cronológica decrescente e por ordem alfabética (no caso de trabalhos de um mesmo ano).

Quadro 3 – Estado da arte das pesquisas sobre a inserção de egressos cotistas no mercado de trabalho brasileiro

Autor(es)	Objetivo do estudo	Abordagem	Unidade de análise
Guimarães, Andrada e Picanço (2019)	Analisar o processo de transição entre o ensino superior e o mercado de trabalho	Quantitativa	Egressos cotistas e não cotistas de uma universidade brasileira de alto prestígio ²
Francis-Tan e Tannuri-Pianto (2018)	Estimar os efeitos das cotas raciais na Universidade de Brasília	Quantitativa	Egressos cotistas da UnB e candidatos não aprovados no vestibular da UnB
Maia (2017)	Investigar a eficácia da política de cotas na inserção do egresso no mercado de trabalho formal	Quantitativa	Egressos cotistas e não cotistas da UFBA
Silveira (2016)	Analisar as expectativas, estratégias e alcances de inserção profissional	Quantitativa	Egressos cotistas e não cotistas da UFBA
Reis (2020)	Abordar a vida de egressos cotistas antes, durante e após o ensino superior	Qualitativa	Cinco egressos cotistas negros da Ufal (1), da UFPI (1), da UFBA (1), da UFRB (1) e da UFRN (1)
Barros (2019)	Verificar a relação da ação afirmativa com a inserção no mercado de trabalho	Qualitativa	11 egressos cotistas da Faculdade de Serviço Social da Uerj
Arrigoni (2018)	Verificar os efeitos do ensino superior para egressos cotistas	Qualitativa	21 egressos cotistas ³ da Ufes
Dutra (2018)	Compreender os desafios enfrentados por estudantes cotistas negros para inserção no mundo do trabalho	Qualitativa	11 egressos cotistas negros de vários cursos da UFSM

Ferreira (2018)	Analisar a importância das ações afirmativas para a vida profissional de egressos cotistas	Qualitativa	12 egressos cotistas de vários cursos da UFSC, da UFPR e da UFRGS
Nascimento (2018)	Compreender como as desigualdades raciais da sociedade brasileira incidem sobre a trajetória no mercado de trabalho de profissionais negros em comparação com a de profissionais brancos	Qualitativa	24 egressos cotistas brancos e negros de vários cursos da UFRGS
Pereira (2015)	Compreender o impacto da formação superior na vida profissional e familiar de egressos cotistas	Qualitativa	Cinco egressos cotistas do curso de Administração da Ufes
Lima (2014)	Investigar o impacto que as políticas de ação afirmativa exercem nos processos de mobilidade social de afro-brasileiros egressos do sistema de cotas	Qualitativa	Seis egressos cotistas negros de vários cursos da Uerj
Lyrio e Guimarães (2014)	Mostrar como as ações afirmativas no ensino superior podem transformar as condições materiais e intelectuais de existência da população negra brasileira	Qualitativa	Três egressas cotistas negras do Prouni de universidades particulares no Estado do Rio de Janeiro ⁴
Sotero (2009)	Analisar as trajetórias de estudantes negros na cidade de Salvador-BA	Qualitativa	10 estudantes, ingressantes e concluintes, do curso de Administração de faculdades particulares, de uma universidade estadual e da UFBA

Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebemos claramente pelo Quadro 3 uma preferência de pesquisadores pelos métodos qualitativos quando desejam investigar a inserção no mercado de trabalho de egressos da política de cotas do ensino superior público brasileiro, pois 10 são estudos qualitativos frente a quatro estudos quantitativos, mais que o dobro, portanto. Em relação aos estudos quantitativos, ao identificarem os egressos que se encontravam inseridos no mercado de trabalho formal, sua ocupação e renda, por meio da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Distrito Federal, Francis-Tan e Tannuri-Pianto (2018) descobriram que egressos cotistas da UnB tiveram maior probabilidade de trabalharem como diretor ou gerente do que a população que não frequentou a UnB. Francis-Tan e Tannuri-Pianto (2018) concluem que, no geral, a política de cotas trouxe resultados positivos para seus beneficiários em termos de aumento nos anos de escolaridade, conclusão do curso superior e ganhos no mercado de trabalho. Esse estudo ressalta a importância da qualidade da universidade frequentada para os ganhos do egresso cotista em relação àqueles que não foram admitidos à UnB. Porém, uma limitação é que os autores não compararam os ganhos de egressos cotistas e não cotistas da UnB.

Evidências positivas também foram encontradas por Guimarães, Andrada e Picanço (2019). Embora não saibamos o nome e nem o local da universidade analisada, as autoras encontraram resultados positivos em termos de inserção profissional dos egressos, mas concluíram que o salário de egressos cotistas é inferior ao de não cotistas. Diferentemente do resultado trazido por Guimarães, Andrada e Picanço (2019), Maia (2017) não encontrou diferença estatisticamente significativa entre os egressos cotistas e não cotistas quanto à sua inserção no mercado de trabalho formal e quanto ao diferencial nos seus rendimentos, ao analisar dados da Rais no estado da Bahia. Seus resultados também indicaram que a maioria dos egressos atuava em sua área de formação. Ainda na Bahia e aplicando questionários aos egressos cotistas e não cotistas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Silveira (2016) também não encontrou diferenças estatisticamente significativas quanto à inserção profissional

e ao salário recebido pelos egressos cotistas e não cotistas. Além disso, a autora encontrou uma série de outros resultados positivos tanto dos cursos de maior concorrência como nos de menor concorrência, pois a maioria dos egressos, cotistas e não cotistas, prosseguiu os estudos em cursos de formação continuada e/ou qualificação profissional e estavam trabalhando na sua área de formação, com um nível de satisfação profissional de razoável a grande.

No geral, os estudos qualitativos também indicam resultados positivos para a vida pós-universidade dos egressos cotistas. No Nordeste, mais especificamente na cidade de Salvador-BA, os estudantes e egressos entrevistados por Sotero (2009) disseram que o principal motivo para cursarem o ensino superior foi a busca pela mobilidade social. Os resultados encontrados pela autora indicaram que o curso superior proporcionou uma mudança simbólica na vida dos egressos, precisamente o aumento da autoestima. Entrevistando cinco egressos cotistas negros do Nordeste, Reis (2020) percebeu que muitos desses egressos foram os primeiros de suas famílias a terem um diploma de ensino superior. Em termos de vida após a universidade, os seus resultados apontam que três egressos cursaram o Mestrado, dos quais dois se encontravam cursando o Doutorado; uma egressa do curso de Serviço Social não conseguiu inserção na área de formação, mas trabalhava em um *call center*; e um egresso esperava conseguir sua Residência em Enfermagem.

Os resultados da Região Sudeste também corroboram esses resultados. Entrevistando 11 egressos cotistas do curso de Serviço Social da UERJ, Barros (2019) destacou que o ensino superior promoveu ganhos para esses egressos em termos de ampliação das oportunidades de trabalho e de conhecimento crítico e social para um engajamento político. Outro achado da sua pesquisa diz respeito à inserção profissional, onde 10 dos 11 egressos se encontravam empregados e a maioria atuando na área de formação. Também na UERJ, Lima (2014) não encontrou diferenças nos resultados de egressos cotistas de cursos de maior prestígio e de menor prestígio social. Seus resultados apontaram que as mudanças mais substanciais na vida dos egressos cotistas foram a realização e o amadurecimento profissional, a satisfação pessoal, a melhoria financeira, a ascensão social, o respeito conquistado pela profissão exercida, a distinção entre seus pares e a concretização de um sonho. Os egressos relataram um aumento significativo da sua autoestima com a realização do curso superior. Esses resultados corroboram o argumento de Lyrio e Guimarães (2014), que apontam como as ações afirmativas no ensino superior podem transformar as condições materiais e intelectuais de existência da população negra brasileira. Os autores concluem que as egressas do seu estudo, oriundas de famílias e comunidades pobres, deram um salto quantitativo e qualitativo em suas vidas.

Os resultados de Barros (2019), Lima (2014) e Lyrio e Guimarães (2014) vão ao encontro também daqueles encontrados por Arrigoni (2018), com suas entrevistas de 21 egressos cotistas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). O autor desvelou que o ensino superior trouxe mudanças positivas para os egressos cotistas, fazendo-os se sentirem socialmente iguais aos egressos não cotistas. Todos os egressos relataram que houve grande mudança positiva na sua percepção de cidadania, sendo que 81,80% afirmaram ter havido significativa melhoria na sua relação com o mercado de trabalho, onde a grande maioria trabalhava na sua área de formação. Os egressos obtiveram renda superior à que tinham antes do curso universitário, além de terem uma remuneração superior à dos seus colegas de condição socioeconômica semelhante antes da entrada na universidade. Os benefícios elencados pelos egressos cotistas foram além da inserção no mercado de trabalho, pois o aumento do seu poder aquisitivo, proveniente da sua qualificação de ensino superior, permitiu-lhes acessar bens materiais outrora indisponíveis como pagamento de plano de saúde, escola particular para os filhos, prestação da casa própria, dentre outros. Sobre a percepção de cidadania, os egressos disseram que o ensino superior mudou a sua forma de pensar, através da aquisição de um pensamento crítico, ampliou a sua visão de mundo, melhorou a sua autoconfiança, autoestima

e relações sociais. Além disso, os egressos se viam como um exemplo de inspiração para os demais membros da sua família e comunidade ampliarem suas perspectivas sociais.

Em um estudo prévio, também na Ufes, mas somente com egressos do curso de Administração, Pereira (2015) encontrou uma boa inserção dos egressos cotistas no mercado de trabalho. A maioria dos egressos relatou ter obtido uma mobilidade laboral ascendente em função do curso realizado e reconheceram que o curso superior transformou suas vidas. No lado profissional, as transformações incluem o domínio de ferramentas e técnicas para desenvolver o seu trabalho como também uma capacidade de perceber boas oportunidades que aparecem. No lado pessoal, houve relatos de que o seu curso superior ampliou as perspectivas educacionais de amigos e familiares. As evidências de Pereira (2015) sustentam a conclusão de Arrigoni (2018) de que a política de cotas na Ufes está atingindo seus objetivos de maior inserção social e combate às desigualdades sociais.

Os resultados de Pereira (2015) e Arrigoni (2018) convergem com os resultados encontrados no Reino Unido por Christie et al (2018), que mostraram que egressos do ensino superior de origem familiar desprivilegiada obtiveram benefícios consideráveis em termos de desenvolvimento pessoal e profissional, aumento da autoconfiança e um desejo constante por aprendizagem e qualificação contínua. Como Christie et al (2018) destacam, os benefícios do diploma universitário se espalharam também para pessoas do meio social dos egressos, pois eles acreditavam que serviam de exemplo e inspiração para ampliação educacional e profissional de seus filhos, familiares e amigos do trabalho. Resultados encontrados por Anelli (2020), na Itália, sugerem que o ambiente educacional de uma universidade de melhor qualidade pode aumentar a motivação dos seus estudantes. Juntos, esses resultados mostram que o valor do diploma universitário para o egresso cotista do ensino superior brasileiro pode ir muito além dos benefícios econômicos, pois representa de fato uma mudança de vida pessoal, que pode se estender para o seu círculo social.

Evidências da Região Sul do Brasil também convergem com esses resultados da literatura. Dutra (2018) encontrou resultados positivos em termos de ocupação profissional e de continuidade nos estudos dos egressos cotistas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), do interior do Rio Grande do Sul. Grande parte dos 11 egressos por ela analisados deu continuidade aos estudos, sendo que dois estavam cursando uma nova graduação, três faziam especialização, um estava no mestrado e três no doutorado. Os egressos consideraram que o ensino superior mudou completamente suas vidas para melhor. Ao considerar os egressos cotistas da Universidade Federal do Rio Grande Sul (UFRGS), Nascimento (2018) constatou que o curso superior lhes permitiu um alargamento do seu campo de oportunidades laborais. O nível de escolaridade dos egressos também superou o de seus pais.

Analisando os egressos cotistas das universidades federais dos três estados da Região Sul, Ferreira (2018) também encontrou uma alta taxa de inserção profissional, pois dos 12 egressos por ela entrevistados, oito se encontravam inseridos no mercado de trabalho na sua área de formação, enquanto uma egressa se encontrava em uma área ramificada da de sua formação. A autora encontrou resultados positivos também para a continuidade nos estudos, dado que todos os egressos já tinham realizado cursos de Especialização e alguns seguiram para cursos de Mestrado e Doutorado. Os egressos disseram que estavam felizes com seus salários e com suas escolhas profissionais. A autora concluiu que a política de cotas está contribuindo para a mobilidade social do egresso cotista, uma vez que os egressos superaram a escolaridade e o tipo de profissão de seus pais. Aliás, esse resultado tem sido recorrente na literatura e, até o momento, confirma as expectativas de mobilidade social do egresso cotista esperada pela política de cotas.

Apesar desses resultados positivos, a literatura apresenta resultados adversos sobre a inserção no mercado de trabalho de egressos cotistas. Na UnB (FRANCIS-TAN; TANNURIPIANO, 2018) e em outra universidade brasileira de alto prestígio (GUIMARÃES;

ANDRADA; PICANÇO, 2019), egressas cotistas mulheres se beneficiam menos em termos de ganhos no mercado de trabalho e de taxas de mobilidade social quando comparadas com os ganhos de egressos homens. Essas evidências mostram que o ensino superior por si só, mesmo cursado em universidades de prestígio e alta qualidade, está longe de fechar a lacuna salarial e ocupacional entre homens e mulheres no mercado de trabalho (MA; SAVAS, 2014).

Com relação aos cursos, os resultados de Guimarães, Andrada e Picanço (2019) apontaram que, de maneira surpreendente, egressos de cursos de menor prestígio, considerados os de menor concorrência na admissão, obtiveram melhores retornos no mercado de trabalho do que egressos de cursos de maior prestígio. Essa diferença nos resultados em função dos cursos reforça os argumentos de Manzoni e Streib (2019), para os quais não seria o curso ou a qualidade da universidade os determinantes dos resultados no mercado de trabalho, mas sim o tipo de ocupação, o setor de atuação, a oferta de vagas de emprego e a localização urbano/geográfica do egresso do ensino superior. Com relação à cor/raça do egresso, Guimarães, Andrada e Picanço (2019) descobriram que egressos cotistas negros ganham menos do que egressos brancos. Esse resultado converge com evidências da literatura internacional que apontam que negros e/ou minorias étnicas frequentemente ganham menos do que brancos em outros países como Reino Unido (D'AGUIAR; HARRISON, 2016; LESSARD-PHILLIPS et al., 2018) e Estados Unidos (GADDIS, 2015; KIM; JUNG; MLAMBO, 2020).

Outro resultado negativo encontrado por Guimarães, Andrada e Picanço (2019) foram as diferenças nos salários recebidos por egressos cotistas e não cotistas no mercado de trabalho brasileiro, onde os cotistas recebiam menos do que os não cotistas. As autoras atribuíram essa diferença nos salários dos egressos ao capital social diferenciado, que favorece os não cotistas e penaliza os cotistas, pois os egressos não cotistas têm maiores chances de inserção profissional quando fazem contato direto com seus futuros empregadores. Esse resultado encontrado por Guimarães, Andrada e Picanço (2019) merece ainda mais atenção de pesquisadores e gestores públicos da política de cotas, pois ele corrobora a preocupação dos estudantes cotistas entrevistados por Sotero (2009), que almejavam a aprovação em concursos públicos como forma de inserção profissional. Sotero (2009) inferiu que isso pode ser em virtude da ausência de uma rede de contatos forte, o capital social, que lhes permita acessar uma vaga de trabalho no setor privado. Uma vez que a aprovação em um concurso público é um processo considerado meritocrático, pois privilegia unicamente o conhecimento do candidato e não quem ele conhece e quem são seus familiares, então faz sentido o argumento de Sotero (2009) de que estudantes cotistas podem não conseguir bons empregos no setor privado em virtude da sua ausência de capital social. Essa análise evidencia a influência que o capital social pode ter para inserção de egressos do ensino superior no mercado de trabalho brasileiro.

Outro resultado negativo encontrado por Sotero (2009) foi que, entre os egressos cotistas que se encontravam trabalhando, nenhum atuava em cargos compatíveis com a sua formação. Esse resultado vai ao encontro daqueles encontrados por Barros (2019), dado que entre os egressos cotistas por ela entrevistada, todos Assistentes Sociais, relataram que suas condições laborais e salariais não são adequadas, mostrando-se muitas vezes precárias. Segundo Barros (2019), não houve a conquista da independência financeira e os egressos ainda dependiam da ajuda familiar no rateio das despesas do dia-a-dia. A autora concluiu que, apesar dos avanços obtidos, a conclusão do curso superior por esses egressos não foi suficiente para mudar a sua situação de classe.

Outro resultado negativo apontado pela literatura é o de Maia (2017), cujos dados indicaram que a maior parte dos egressos da UFBA, tanto cotistas como não cotistas, estava fora do mercado de trabalho formal entre 2009 e 2012. Seus resultados também merecem preocupação, pois esse foi um período de grande crescimento da economia brasileira, o que, em tese, facilitaria as oportunidades no mercado de trabalho e diminuiria as taxas de desemprego, sobretudo da população mais qualificada. Nessa mesma linha, Nascimento (2018) também

encontrou uma inserção profissional relativamente baixa entre os egressos cotistas, pois apenas 10 dos 24 egressos estavam trabalhando na sua área de formação e, mesmo entre os que se encontravam trabalhando, não havia necessariamente uma satisfação profissional. Alguns egressos cotistas negros do estudo de Nascimento (2018) relataram ter sofrido racismo no mercado de trabalho.

Esses resultados negativos encontrados pela literatura sugerem que o diploma de ensino superior de uma universidade de prestígio pode não ser uma condição suficiente para promover oportunidades iguais no mercado de trabalho entre pobres e ricos, entre brancos e negros e entre homens e mulheres e, assim, reduzir as desigualdades sociais no Brasil. Pelos resultados apresentados, constatamos que, de um modo geral, a política de cotas tem sido benéfica para os egressos cotistas, mas que variáveis como gênero, cor, curso e o capital social ainda podem promover menores ganhos no mercado de trabalho em relação aos não cotistas mesmo sendo os dois grupos igualmente qualificados em universidades de prestígio. É necessário, portanto, investigar em que medida o diploma universitário consegue nivelar as oportunidades para os egressos cotistas em relação aos egressos não cotistas no mercado de trabalho.

Como se percebe, o estado da arte das pesquisas sobre ação afirmativa no ensino superior e ganhos no mercado de trabalho dos egressos cotistas é ainda limitado em termos de volume, foco e metodologia e, portanto, necessita avançar. Com poucas exceções de abordagens quantitativas (FRANCIS-TAN; TANNURI-PIANTO, 2018; GUIMARÃES; ANDRADA; PICANÇO, 2019; MAIA, 2017; SILVEIRA, 2016), os demais trabalhos existentes realizam pesquisas com abordagem qualitativa dos dados (ARRIGONI, 2018; BARROS, 2019; DUTRA, 2018; FERREIRA, 2018; LIMA, 2014; LYRIO; GUIMARÃES, 2014; NASCIMENTO, 2018; PEREIRA, 2015; REIS, 2020; SILVEIRA, 2016; SOTERO, 2009). Os estudos de abordagens qualitativas, que dominam a literatura até o momento, realizam entrevistas com uma pequena amostra de egressos cotistas de uma única universidade e até mesmo de um único curso ou de um número limitado de cursos. Embora muito importantes para o ganho em profundidade na análise dos resultados, pesquisas qualitativas geralmente consideram somente um pequeno número de amostras, o que inviabiliza generalizações para uma população mais ampla.

A literatura existente, seja com abordagem quantitativa ou qualitativa dos dados, se caracteriza em sua maioria como estudos de caso. Com exceção dos trabalhos de Reis (2020) e de Ferreira (2018), os demais estudos existentes não fazem comparações dos resultados com os de egressos cotistas de outras universidades ou de outras regiões do país. Estudos de caso sobre a ação afirmativa no ensino superior dizem respeito somente às particularidades locais e fragilizam análises mais amplas dessa política (BASSO-POLETTI; EFROM; RODRIGUES, 2020), onde poderíamos enxergar diferentes padrões de associação. Além disso, a maioria dos trabalhos foca na inserção profissional e continuidade dos estudos na vida pós-universitária somente dos egressos cotistas e não fazem comparação do seu desempenho com a vida pós-universitária de egressos não cotistas.

Outro problema que constatamos na literatura é que as universidades dos egressos analisadas até o momento estão localizadas nas capitais do país ou em regiões metropolitanas de grande desenvolvimento socioeconômico como, por exemplo, Rio de Janeiro e Brasília. As únicas exceções são os trabalhos de Reis (2020), que entrevistou uma egressa do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), localizada no interior da Bahia, e de Dutra (2018), que entrevistou 11 egressos de vários cursos da UFSM, localizada no interior do estado do Rio Grande do Sul. Para além dessas exceções, não identificamos nenhum estudo que tenha considerado os egressos de universidades localizadas nas demais regiões interioranas do país e nem mesmo das capitais da região Norte do Brasil. Sabe-se que, nas regiões interioranas, os níveis de atividade econômica e desenvolvimento tendem a ser menos dinâmicos do que aqueles encontrados nas capitais e em grandes centros

urbanos. Como consequência, é provável haver menos oportunidades de emprego e menores remunerações para a população residente no interior do país.

Assim, os resultados da nossa RSL nos permitem dizer que a ampla presença da ação afirmativa nas diversas universidades públicas brasileiras ainda permanece sistematicamente negligenciada pela literatura para verificação dos seus impactos sobre a inserção dos egressos no mercado de trabalho. Acreditamos que uma comparação ampla dos resultados de egressos por sua condição, cotista e não cotista, por gênero, por cor/raça, por curso, por universidade e por região do país, por exemplo, poderia produzir maiores evidências sobre os efeitos empíricos da política de cotas no mercado de trabalho brasileiro como um todo.

5 CONCLUSÃO

Avançamos no conhecimento ao fazer a primeira revisão sistemática da literatura sobre inserção no mercado de trabalho de egressos da política de cotas do ensino superior público brasileiro. No geral, tanto os estudos quantitativos como os qualitativos apontam resultados positivos, mostrando que egressos cotistas alcançaram a mobilidade social, conquistando ocupações de destaque e remuneração condizente, e que não há diferenças em relação aos egressos não cotistas, confirmando o quanto o diploma de ensino superior pode ser uma ferramenta efetiva para se combater a forte desigualdade de renda e social existente no Brasil. As evidências apontam resultados positivos também em termos de inserção profissional na área de formação, continuidade nos estudos na pós-graduação, mudança de comportamento, aumento da autoestima, perspectivas de carreira futura e satisfação pessoal/profissional, especialmente da população cotista negra e pobre.

Porém, outros resultados merecem preocupação. Alguns resultados negativos encontrados pela literatura sugerem que o diploma de ensino superior de uma universidade de prestígio pode não ser uma condição suficiente para promover oportunidades iguais no mercado de trabalho entre egressos ricos e pobres, entre brancos e negros e entre homens e mulheres e, assim, reduzir as desigualdades sociais no Brasil. Pelos resultados apresentados, constatamos que, de um modo geral, a política de cotas tem sido benéfica para os egressos cotistas, mas que variáveis como gênero, cor/raça, curso e o capital social ainda podem promover menores ganhos no mercado de trabalho em relação aos não cotistas mesmo sendo os dois grupos igualmente qualificados em universidades de prestígio.

Como evidenciado, o estado da arte sobre o tema é ainda limitado em termos de volume, foco e metodologia e, portanto, necessita avançar. Podemos resumir que, em geral, com raras exceções, os estudos disponíveis até o momento se caracterizam como literatura cinzenta (pois teses e dissertações são maioria entre os trabalhos), classificam-se predominantemente como estudos de caso (pois fazem análises com egressos de apenas uma universidade e não fazem comparação com egressos de outras universidades), utilizam abordagem qualitativa dos dados (o que não permite generalizações para uma população mais ampla), focam somente na inserção no mercado de trabalho de egressos cotistas e se esquecem de considerar também os egressos não cotistas, fazem análises de universidades localizadas em capitais dos estados brasileiros e se esquecem de considerar universidades do interior do país, concentram-se em poucas regiões, com destaque negativo para a ausência de estudos com universidades da Região Norte, e não fazem comparação dos ganhos no mercado de trabalho em função do curso realizado, do gênero e da cor/raça do egresso do ensino superior.

Uma limitação da nossa revisão diz respeito à própria escassez de pesquisas sobre o tema. Explicamos que isso pode ser fruto de um lapso temporal necessário para conclusão das primeiras turmas de formandos após a integralização da política de cotas em 2015. No entanto, a pouca quantidade de trabalhos encontrados evidencia a necessidade de pesquisadores brasileiros se debruçarem mais sobre o tema. O nosso pedido por maior volume de pesquisas se dá em momento oportuno, uma vez que em 2022 haverá uma avaliação da política de cotas

por parte do governo para decidir pela sua continuidade ou não. Estudos futuros, portanto, poderão considerar os pontos negligenciados pela literatura até o momento. Somente com maiores estudos empíricos poderemos avançar mais no nosso conhecimento sobre os impactos da ação afirmativa do ensino superior público brasileiro.

Notas:

¹ "PRISMA é um conjunto mínimo de itens com base em evidências para se relatar em revisões sistemáticas e meta-análises" (2021, sp., tradução nossa). Disponível em: <http://www.prisma-statement.org/>.

² As autoras não mencionam o nome da universidade.

³ O autor não menciona os cursos dos egressos.

⁴ Os autores não mencionam o nome das universidades.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, G. R. Racial inequality in Brazil and the United States, 1990-2010. **Journal of Social History**, v. 47, n. 4, p. 829–854, 2014.

ANELLI, M. The returns to elite university education: a quasi-experimental analysis. **Journal of the European Economic Association**, v. 18, n. 6, p. 2824–2868, 2020.

ARCIDIACONO, P. Affirmative action in Higher Education: how do admission and financial aid rules affect future earnings? **Econometrica**, v. 73, n. 5, p. 1477–1524, 2005.

ARRIGONI, F. J. **Gestão pública: busca da igualdade social a partir da Ação Afirmativa Cota no ensino superior brasileiro**. Tese (Doutorado). Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2018.

BAGDE, S. K.; EPPLE, D.; TAYLOR, L. Does affirmative action work? Caste, gender, college quality, and academic success in India. **American Economic Review**, v. 106, n. 6, p. 1495–1521, 2016.

BARROS, C. F. R. Universidade e mercado de trabalho: a trajetória social dos alunos cotistas egressos da Faculdade de Serviço Social da Uerj. **Revista Em Pauta**, v. 17, n. 43, p. 172–186, 2019.

BASSO-POLETTI, D.; EFROM, C.; RODRIGUES, M. B. Ações afirmativas no ensino superior: revisão quantitativa e qualitativa de literatura. **Revista Electrónica Educare**, v. 24, n. 1, p. 1–34, 2020.

BECKER, G. S. **Human Capital: a theoretical and empirical analysis**. New York: Columbia University Press, 1964.

BERTRAND, M.; HANNA, R.; MULLAINATHAN, S. Affirmative action in education: Evidence from engineering college admissions in India. **Journal of Public Economics**, v. 94, n. 1–2, p. 16–29, 2010.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **Os Herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BOWEN, W. G.; BOK, D. **The shape of the river: long-term consequences of considering race in college and university admissions**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1998.

CALBINO, D.; XAVIER, W. S.; SABINO, G. DE F. T. 17 anos das políticas de cotas: Um balanço dos desempenhos acadêmicos nas Universidades Federais. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 13, n. 32, p. 1–22, 2020.

CHRISTIE, H. et al. 'University opened up so many doors for me': the personal and professional development of graduates from non-traditional backgrounds. **Studies in Higher Education**, v. 43, n. 11, p. 1938–1948, 2018.

D'AGUIAR, S.; HARRISON, N. Returning from earning: UK graduates returning to postgraduate study, with particular respect to STEM subjects, gender and ethnicity. **Journal of Education and Work**, v. 29, n. 5, p. 584–613, 2016.

DING, S.; MYERS JR, S. L.; PRICE, G. N. Does affirmative action in chinese college admissions lead to mismatch? Educational quality and the relative returns to a baccalaureate degree for minorities in China. **International Journal of Anthropology and Ethnology**, v. 1, n. 3, p. 1–13, 2017.

DUTRA, M. R. P. **Cotistas negros da UFSM e o mundo do trabalho**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2018.

FERREIRA, A. et al. Ações afirmativas: análise comparativa de desempenho entre estudantes cotistas e não cotistas em uma universidade pública. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 36, n. 3, p. 1297–1314, 2020.

FERREIRA, I. J. S. **Negros e negras: das políticas de ação afirmativa ao mercado de trabalho**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

FRANCIS-TAN, A.; TANNURI-PIANTO, M. Black Movement: Using discontinuities in admissions to study the effects of college quality and affirmative action. **Journal of Development Economics**, v. 135, p. 97–116, 2018.

FRISANCHO, V.; KRISHNA, K. Affirmative action in higher education in India: targeting, catch up, and mismatch. **Higher Education**, v. 71, n. 5, p. 611–649, 2016.

GADDIS, M. S. Discrimination in the credential society: an audit study of race and college selectivity in the labor market. **Social Forces**, v. 93, n. 4, p. 1451–1459, 2015.

GAUR, A.; KUMAR, M. A systematic approach to conducting review studies: An assessment of content analysis in 25 years of IB research. **Journal of World Business**, v. 53, n. 2, p. 280–289, 2018.

GUIMARÃES, N. A.; ANDRADA, A. C.; PICANÇO, M. F. Transitando entre universidade e trabalho: trajetórias desiguais e políticas afirmativas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 172, p. 284–310, 2019.

HANSEN, J. A.; TUMMERS, L. A systematic review of field experiments in public administration. **Public Administration Review**, v. 80, n. 6, p. 921–931, 2020.

HIGGINS, J. P. T. et al. **Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions** (version 6.2, updated February 2021). Cochrane, 2021. Disponível em: www.training.cochrane.org/handbook.

HOLZER, H. J.; NEUMARK, D. Affirmative action: what do we know? **Journal of Policy Analysis and Management**, v. 25, n. 2, p. 463–490, 2006.

KARLSON, K. B. College as equalizer? Testing the selectivity hypothesis. **Social Science Research**, v. 80, p. 216–229, 2019.

KIM, J.; JUNG, J.; MLAMBO, Y. A. Institutional selectivity and occupational outcomes for STEM graduates: a generational comparison. **The Journal of Higher Education**, p. 1–30,

2020.

LEE, H. A. Affirmative Action in Malaysia: Education and Employment Outcomes since the 1990s. **Journal of Contemporary Asia**, v. 42, n. 2, p. 230–254, 2012.

LEE, H. A. Affirmative Action in Malaysia and South Africa: Contrasting Structures, Continuing Pursuits. **Journal of Asian and African Studies**, v. 50, n. 5, p. 615–634, 2015.

LESSARD-PHILLIPS, L. et al. Exploring ethnic differences in the post-university destinations of Russell Group graduates. **Ethnicities**, v. 18, n. 4, p. 496–517, 2018.

LIMA, M. S. O. **Afro-brasileiros egressos do sistema de cotas da Uerj e sucesso profissional: algumas experiências**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2014.

LONG, M. C. Affirmative action and its alternatives in public universities: What do we know? **Public Administration Review**, v. 67, n. 2, p. 315–330, 2007.

LOPES, A. D. Affirmative action in Brazil: how students' field of study choice reproduces social inequalities. **Studies in Higher Education**, v. 42, n. 12, p. 2343–2359, 2016.

LYRIO, B. C. C. S.; GUIMARÃES, R. S. Porque para o negro sim! As cotas raciais como política de ação afirmativa nas universidades e nas instituições públicas: a defesa de um espaço. **O Social em Questão**, v. XVII, n. 32, p. 75–100, 2014.

MA, Y.; SAVAS, G. Which is more consequential: fields of study or institutional selectivity? **The Review of Higher Education**, v. 37, n. 2, p. 221–247, 2014.

MAIA, M. E. F. **A eficácia da política de cotas na UFBA: uma análise dos egressos no mercado de trabalho formal**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Economia - Universidade Federal da Bahia, 2017.

MANZONI, A.; STREIB, J. The equalizing power of a college degree for first-generation college students: disparities across institutions, majors, and achievement levels. **Research in Higher Education**, v. 60, n. 5, p. 577–605, 2019.

MENDONÇA, E. S.; ARANHA, M. L. M. Política de cotas raciais: instrumento de promoção de equidade e justiça social. **Revista Em Pauta**, v. 18, n. 45, p. 180–195, 2020.

MITCHELL-WALTHOUR, G. Economic pessimism and racial discrimination in Brazil. **Journal of Black Studies**, v. 48, n. 7, p. 675–697, 2017.

MOOSA, I. A. **Publish or perish: perceived benefits versus unintended consequences**. Northampton/MA: Edward Elgar, 2018.

MOHER, D. et al. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **PLoS Medicine**, v. 6, n. 7, 2009.

NASCIMENTO, W. L. **“O vestibular nunca acaba pra nós”**: trajetória acadêmica e inserção profissional de diplomados da UFRGS beneficiados pela política de cotas. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2018.

NIGHTINGALE, A. A guide to systematic literature reviews. **Surgery**, v. 27, n. 9, p. 381–384, 2009.

PEREIRA, L. F. P. **Ações afirmativas na educação pública superior: análise de resultados de uma turma de cotistas do curso de Administração da Ufes**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública. Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), 2015.

- PINHEIRO, D. C.; PEREIRA, R. D.; XAVIER, W. S. Impactos das cotas no ensino superior: um balanço do desempenho dos cotistas nas universidades estaduais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. 1–30, 2021.
- QUEIROZ, D. M.; SANTOS, J. T. DOS. Sistema de cotas: um debate. Dos dados à manutenção de privilégios e de poder. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 96, p. 717–737, 2006.
- REIS, D. B. Trajetórias negras importam: histórias de nordestinas (os) egressas de políticas de cotas raciais no ensino superior público brasileiro (2003 - 2018). **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 25, p. 28–41, 2020.
- SCHULTZ, T. W. Investment in Human Capital. **The American Economic Review**, v. 51, n. 1, p. 1–17, 1961.
- SHORT, J. C.; PALMER, T. B. The Application of DICTION to Content Analysis Research in Strategic Management. **Organizational Research Methods**, v. 11, n. 4, p. 727–752, 2008.
- SILAME, T. R.; MARTINS JÚNIOR, H.; FONSECA, A. H. S. O efeito das cotas: desempenho acadêmico dos estudantes cotistas da Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 33, p. 1–36, 2020.
- SILVA, B. C. M.; XAVIER, W. S.; COSTA, T. DE M. T. DA. Sistema de cotas e desempenho: uma comparação entre estudantes cotistas e não cotistas na Universidade Federal de Viçosa. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 12, n. 3, 2020.
- SILVA, P. V. B.; BORBA, C. DOS A. Políticas afirmativas na pesquisa educacional. **Educar em Revista**, v. 34, n. 69, p. 151–191, 2018.
- SILVEIRA, A. C. **Expectativas, estratégias e alcances de inserção profissional dos estudantes cotistas e não cotistas da Universidade Federal da Bahia (UFBA)**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2016.
- SOTERO, E. C. **Negros no ensino superior: trajetórias e expectativas de estudantes de Administração beneficiados por políticas de ação afirmativa (Prouni e Cotas) em Salvador**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo, 2009.
- TORCHE, F.; COSTA-RIBEIRO, C. Parental wealth and children's outcomes over the life-course in Brazil: A propensity score matching analysis. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 30, n. 1, p. 79–96, 2012.
- VALENTE, R. R. The impact of race and social economic status on university admission at the University of São Paulo. **Latin American and Caribbean Ethnic Studies**, v. 11, n. 2, p. 95–118, 2016.
- VALENTE, R. R. The vicious circle: effects of race and class on university entrance in Brazil. **Race Ethnicity and Education**, v. 20, n. 6, p. 851–864, 2017.
- VIEIRA, R. S.; ARENDS-KUENNING, M. Affirmative action in brazilian universities: effects on the enrollment of targeted groups. **Economics of Education Review**, v. 73, 2019.